



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 912, DE 2013 (Do Sr. Marcon)

Susta os efeitos da Resolução nº 429 de 05 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN que "Estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes (máquinas de elevação)".

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PDC-833/2013.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensos, desde a data de sua publicação, os efeitos da Resolução nº 429 de 05 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que “Estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes (máquinas de elevação)”

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A referida resolução ao dispor sobre a obrigatoriedade do registro e o emplacamento de tratores e máquinas agrícolas exorbita do poder regulamentar delegado ao referido Conselho ao estabelecer exigências não previstas em Lei, causando uma enorme insegurança aos agricultores e trabalhadores rurais do país. Ainda que se entenda da competência do referido órgão a edição de normas deste tipo, não poderia fazê-lo sem estabelecer de forma a exigência deverá ser cumprida e quais os reais custos deste emplacamento. Tampouco explicita as exigências para conduzir tais veículos.

No mínimo passariam a incidir hoje sob os nossos agricultores despesas como pagamento de IPVA, Licenciamento, Seguro Obrigatório e demais taxas de expedição de documentos, elevando assim o custo da produção de alimentos.

Também, ao não estabelecer quais as exigências em relação às normas para os equipamentos de segurança, tampouco qual será o tratamento dos agentes de trânsito e de segurança quando estes veículos transitarem em via pública, a Resolução deixa a cargo dos agentes de trânsito aplicar as normas que melhor entenderem, aumentando mais ainda o clima de insegurança jurídica e econômica no meio rural.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 2013.

Deputado MARCON - PT/RS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

RESOLUÇÃO Nº 429, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

Estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos

agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes (máquinas de elevação)

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e X, do art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito;

Considerando o constante do Anexo I do CTB, que define trator como: veículo automotor construído para realizar trabalho agrícola de construção e pavimentação e tracionar outros veículos e equipamentos.

Considerando o contido no Processo nº 80000.017052/2010- 34;

RESOLVE:

Art. 1º Dispor sobre o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes no Sistema do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAL.

§ 1º O registro terá início a partir de 1º de junho de 2013, sendo aplicado aos veículos fabricados a partir de 1º de janeiro de 2013.

§ 2º Para os tratores fabricados até 1º de junho de 2013 o registro, quando necessário, poderá ser feito sem necessidade de pré-cadastramento. (Redação dada pela Resolução 434/2013/CONTRAN/MCD)

Art. 2º Para o registro dos veículos referidos nesta Resolução facultados a transitar em via pública será exigido:

I - Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT;

II - Código de marca/modelo/versão específico; e

III - Realização de pré-cadastro pelo fabricante ou montadora, órgão alfandegário ou importador.

.....

FIM DO DOCUMENTO
